

CONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM: Aspectos da formação urbana de Itapiranga (SC)

CONSTRUCTION AND TRANSFORMATION OF THE LANDSCAPE: Aspects of the urban formation of Itapiranga (SC)

A. Suélen Cristina Mazzardo

Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, Campus de São Miguel do Oeste, Santa Catarina, Brasil
suelen.mazzardo@unoesc.edu.br
suelen.mazzardo@gmail.com

RESUMO

Itapiranga é um município localizado na região extremo oeste do estado de Santa Catarina. Sua ocupação foi organizada por uma associação de alemães católicos, fundada por jesuítas, cujo objetivo era formar uma comunidade étnica e religiosamente homogênea. Neste contexto, a pesquisa teve a finalidade de analisar a formação urbana de Itapiranga e identificar os condicionantes e fatores que influenciaram neste processo, refletindo acerca da construção e da transformação da paisagem. Para tanto, desenvolveu-se pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, buscando a aproximação com o processo histórico de produção do espaço urbano. A partir da adoção de períodos morfológicos e evolutivos, compreendeu-se a formação urbana e a influência de aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, os quais, juntamente com o suporte geográfico da paisagem natural preexistente, resultaram na forma física urbana e compõem a paisagem cultural, a qual permanece em constante processo de construção e transformação.

Palavras-chave: história da cidade, formação urbana, transformação da paisagem.

Linha de Investigação: 2. Cidade e Projeto. **Tópico:** História urbana e história do urbanismo.

ABSTRACT

Itapiranga is a small town located in the extreme west of the state of Santa Catarina. Jesuits founded an association of German Catholics and aspired to organize the occupation of the area and to form an ethnically and religiously homogeneous community. In this context, this research intended to analyze the urban formation of Itapiranga and identify the conditions and factors that have influenced this process, reflecting on the construction and transformation of the landscape. For this purpose, we developed bibliographic, documentary and field research, seeking to approach the historical process of production of the urban space. From the adoption of morphological and evolutionary periods, we understood the urban formation and the influence of social, cultural, economic and political aspects, which resulted in the urban physical form, considering the geographic support of the pre-existing natural landscape. These elements compose the cultural landscape that remains in a constant process of construction and transformation.

Keywords: history of the city, urban formation, transformation of the landscape.

Research line: 2: City and Project. **Topic:** Urban history and history of urbanism.

1. Considerações iniciais

O presente artigo apresenta brevemente os resultados de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Pós-Arq) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) acerca da gênese e da transformação urbana da cidade de Itapiranga, no estado de Santa Catarina¹.

A partir do século XIX, imigrantes europeus vieram para o Brasil e trouxeram consigo suas tradições, sua religião e seus costumes, contribuindo, assim, para a construção da identidade cultural brasileira. O Estado de Santa Catarina, neste período, foi ocupado por diversos movimentos migratórios de diferentes nacionalidades, os quais constituíram características diferenciadas e histórias próprias para cada lugar. Na região Oeste, as companhias colonizadoras foram as grandes responsáveis pelo início da ocupação, ficando a cargo da organização e da infraestrutura das novas colônias. Dentre as iniciativas de colonização, uma se diferenciou dos demais: o Projeto Porto Novo.

A singularidade de Porto Novo, colônia que em 1929 recebeu o nome de Itapiranga, deve-se ao fato de ter sido organizado por uma associação de alemães católicos, fundada por jesuítas, a *Volksverein für die Deutschen Katholiken im Rio Grande do Sul* (Sociedade União Popular para Católicos do Rio Grande do Sul), cujo objetivo era formar uma comunidade étnica e religiosamente homogênea para descendentes de alemães católicos, onde estes pudessem viver em comunidade, preservando seus costumes, tradições e religiosidade².

Considerando o contexto histórico e a ausência de estudos acerca da configuração urbana do município, a pesquisa teve a finalidade de analisar a formação urbana de Itapiranga e identificar os condicionantes e fatores que influenciaram neste processo, refletindo acerca da construção e da transformação da paisagem. Para tanto, buscou-se uma aproximação entre o processo histórico de produção do espaço urbano e a celebração de uma identidade local baseada no conceito de comunidade étnico-cultural, no caso, teuto-brasileira. Deste modo, para que fosse possível alcançar os objetivos propostos, optou-se por uma abordagem qualitativa. Os procedimentos metodológicos abrangeram, primeiramente, a pesquisa bibliográfica, a fim de conhecer e avaliar as principais contribuições teóricas e conceituais existentes sobre os temas de interesse. Assim, investigou-se as motivações para a fundação da colônia e analisou-se o processo de ocupação e as características de implantação do sítio, destacando padrões com características de imigração alemã na região sul do Brasil. Além da pesquisa bibliográfica, indispensável nos estudos históricos, desenvolveu-se a pesquisa documental como alternativa para complementar as informações, por meio do estudo da leis municipais aprovadas desde a emancipação político-administrativa de Itapiranga. Como em alguns momentos os dados encontrados se mostraram insuficientes, fez-se uso de fotografias. Na sequência, desenvolveu-se a pesquisa de campo, utilizando técnicas de observação e visitas exploratórias ao local de estudo, buscando resgatar, assim, a história da cidade e a memória urbana.

Para identificar as transformações produzidas na paisagem do espaço urbano, determinou-se períodos morfológicos, estabelecidos a partir de períodos históricos e definidos por fatos e datas, e períodos evolutivos, convencionados pelos registros deixados na paisagem pelo homem. Cada período considerado, sintetizado pelos fatos históricos e pelas marcas antrópicas, conduziu o processo de evolução e transformação da paisagem urbana ao longo do tempo. A primeira fase analisada abrangeu os anos que podem ser considerados como período fundacional, pela formação do *Stadtplatz*, até a emancipação político-administrativa de Itapiranga; a segunda fase considerou esse período até a instituição do primeiro Plano

¹ Os resultados completos da pesquisa desenvolvida estão na Dissertação de Mestrado intitulada "Aspectos da evolução urbana de Itapiranga (SC): cidade nova e pequena", de autoria de Suélen Cristina Mazzardo, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Eduardo Fontoura Teixeira, defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Pós-Arq) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (Mazzardo, 2017).

² Sobre a formação da Colônia Porto Novo, pode-se consultar a produção teórica dos autores Werlang (1992), Werle (2001) e Jungblut (2011).

Diretor Físico-Territorial; e a terceira fase, até o Estudo Ambiental sobre as Áreas de Preservação Permanente, aprovado pela Fundação do Meio Ambiente em outubro em 2017.

Por meio da periodização, compreendeu-se a construção do espaço urbano a partir de aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, os quais, juntamente com o suporte geográfico da paisagem natural preexistente, resultaram na forma física urbana. Desta forma, procurou-se contribuir com o estudo da história da cidade, discutindo sobre a construção e a transformação da paisagem urbana de Itapiranga.

2. A paisagem em construção

O município de Itapiranga está localizado na região extremo oeste do estado de Santa Catarina, na margem direita à montante do rio Uruguai. Sua fundação aconteceu no ano de 1926, tendo permanecido por quase três décadas como Distrito do município de Chapecó, do qual se emancipou político-administrativamente em 1954.

Com 281,78 km² de área territorial, Itapiranga está distante da capital estadual, Florianópolis, em 747 km. Quanto aos seus limites físico-territoriais, ao Norte, faz divisa com o município de Tunápolis e ao Leste, com os municípios de São João do Oeste e Mondaiá. Ao Sul, faz divisa com o rio Uruguai e, conseqüentemente, com o estado do Rio Grande do Sul, e, a Oeste, encontra o Rio Peperi-Guaçu que serve de divisa com a Floresta Nacional da província de Misiones, Argentina. De acordo com dados obtidos no último censo realizado pelo IBGE em 2010, Itapiranga possuía 15409 habitantes, sendo 49,4% vivendo na área urbana e 50,6% na área rural. Considerando a projeção do Censo para o ano de 2019, estima-se que o município possua em torno de 16872 habitantes (IBGE, 2017).

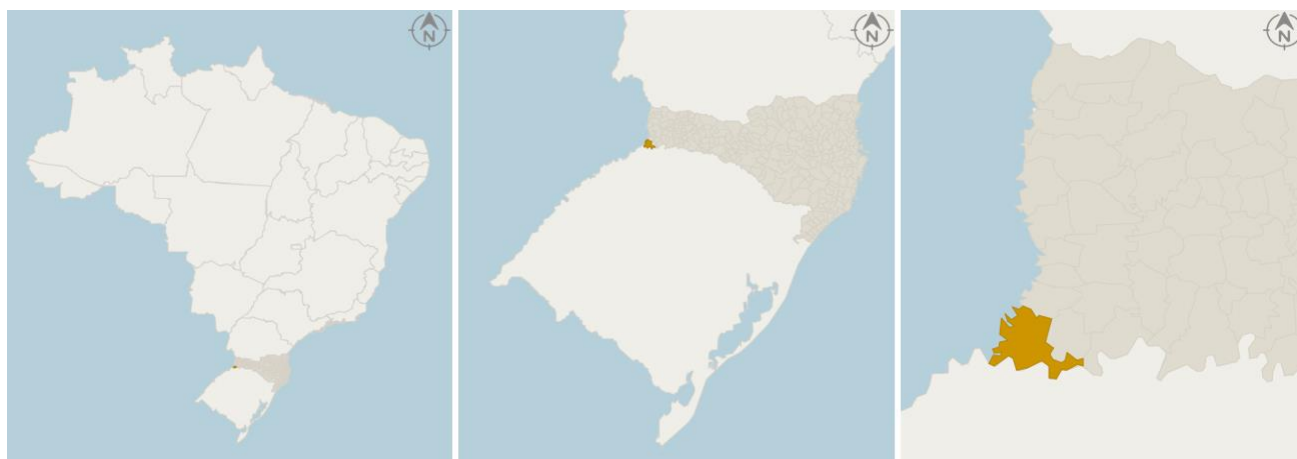


Fig. 01. Localização de Itapiranga no contexto estadual e nacional. Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2017).

No início da ocupação, o acesso à Itapiranga foi possível apenas por água. Desta forma, o isolamento, a vida de subsistência e a quase total ausência do estado fortaleceram o sentimento comunitário e religioso dos seus moradores. A influência alemã persiste desde sua fundação, sendo representada pela manutenção das tradições e costumes, como o idioma, ainda ensinado nas escolas do município e falado abertamente dentro das casas e nas ruas, a realização de festas típicas, a gastronomia, os grupos folclóricos de danças e música, além dos exemplares arquitetônicos característicos. Neste contexto, cabe destacar aqui também a paisagem resultante da interação entre as formas criadas pela natureza, os rios e morros, e o produto da ação humana, a cidade.

2.1. Primeira fase: formação da paisagem

Ao analisar relatos sobre os primeiros anos de Porto Novo, hoje Itapiranga, pode-se observar que a colonização ocorreu de maneira dispersa por todo o território. Após a divisão das linhas coloniais e da demarcação dos lotes, os pioneiros foram ocupando, primeiramente, as terras das margens do Rio Uruguai, e com o passar do tempo, a colonização começou avançar pelo interior, margeando pequenos rios e arroios. O rio Uruguai e seus afluentes eram a principal via de comunicação com o exterior da colônia, servindo de rota comercial para balseiros e como caminho para a chegada dos novos moradores (Jungblut, 2011).

As primeiras construções da colônia foram pequenas choupanas em madeira (Spohr, 2016), revelando a adaptação do homem ao meio por meio da utilização dos recursos locais existentes, já que a madeira era abundante, e em função das necessidades, técnicas e possibilidades financeiras. Quando os colonos atingiam certo nível de prosperidade, eram construídas novas moradias, ainda em madeira ou alvenaria utilizando a técnica construtiva do enxaimel.

A forma urbana, como resultado de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, está relacionada com a apropriação do espaço e à vida em comunidade (Lamas, 2016). Considerando que o suporte geográfico é um dos elementos essenciais na determinação da forma urbana, no caso de Itapiranga, a paisagem e o espaço urbano são fortemente condicionados aos elementos naturais, como rios, arroios e morros, cobertos pela Mata Atlântica, os quais tiveram papéis determinantes na implantação da colônia. O núcleo urbano do município se encontra às margens do rio Uruguai, sendo que entre rio e montanha, o tecido urbano se desenvolveu linearmente, como verificado na Figura 02.³



Fig 02. Vista aérea da área urbana do município de Itapiranga às margens do Rio Uruguai. Fonte: acervo próprio.

³ Sobre a primeira fase de formação da paisagem de Itapiranga, pode-se consultar a Dissertação de Mestrado da autora (Mazzardo, 2017), já mencionada anteriormente, e o artigo apresentado e publicado no Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo, Sede Bogotá/COL, em 2017, intitulado “Uma cidade para alemães católicos: formação e evolução urbana de Itapiranga (SC)”, sob autoria de Suélen Cristina Mazzardo e Luiz Eduardo Fontoura Teixeira (Mazzardo; Teixeira, 2017).

Alguns autores observam que as cidades teuto-brasileiras do sul do Brasil apresentam diversas singularidades quanto à forma urbana. Nem sempre são encontradas as mesmas configurações morfológicas do sítio, mas a forma de implantação segue características comuns (Waibel, 1949; Peluso Jr, 1953; Roche, 1969; Weimer, 1983). Em Itapiranga, encontram-se algumas características que tiveram significativa influência sobre a forma da cidade e a evolução do traçado urbano.

Como primeiro elemento, destaca-se a implantação geral da colônia inicialmente ao longo de um importante curso d'água, o rio Uruguai, que apresenta largura entre 500 e 630 metros na altura de Itapiranga, e o avanço pelo interior margeando outros cursos d'água de menor expressão. A distribuição dos lotes buscou possibilitar que todos os colonos tivessem acesso à água para a utilização doméstica e para o cultivo, e, da mesma forma, facilitando a comunicação com outras colônias por meio da navegação fluvial.

Neste contexto, caracteriza-se também o processo de divisão dos lotes coloniais. Em geral estreitos e compridos, os lotes foram demarcados de modo que abrangessem de 25 a 36 hectares e distribuídos paralelamente um ao outro e perpendicularmente às linhas coloniais, possibilitando que uma única estrada servisse a muitas glebas. Além dos lotes coloniais destinados às propriedades rurais, houve também a definição de lotes urbanos com diversas dimensões e que ocupavam as áreas destinadas à sede das comunidades. Foi a partir destes núcleos que surgiram as vilas ou sedes distritais (Werle, 2001).

A estrutura fundiária ideal para a colônia deveria fornecer as condições básicas para facilitar a integração dos moradores e a participação destes na vida em comunidade. Por isso, as linhas coloniais não ficavam distantes uma das outras, nelas todos os lotes distavam ao máximo 4 a 5 quilômetros da sede, onde se encontravam a capela, uma escola, uma venda e um salão de festas. Para Jungblut (2011), essa seria a estrutura ideal de colonização, pois facilitaria a integração dos moradores em eventos religiosos, econômicos e culturais, mesmo aqueles que viviam mais distantes da comunidade.

Ainda segundo Jungblut (2011), o núcleo fundador de Itapiranga foi iniciado em Sede Porto Novo, correspondendo ao entorno da atual Praça dos Imigrantes, nas imediações do Terminal Rodoviário. Esse núcleo fundador, como local de gênese da cidade, pode ser considerado a *Stadtzplatz* de Itapiranga.

Considerando que a *Stadtplatz* tenha passado a servir como centro administrativo, comercial, escolar, religioso e social da colônia, a partir da análise das fotografias dos primeiros anos de colonização e desenvolvimento da colônia, compiladas na Figura 03, verificou-se que o elemento gerador da forma urbana foi uma rua, linear e paralela ao longo do rio – configurando uma *Strassendorfen* (Waibel, 1949; Roche, 1969) –, que ordenou o plano urbano, pois novas ruas eram abertas paralelas ou perpendiculares a ela.



Fig 03. Núcleo urbano estruturado a partir de uma rua principal ao longo dos anos: A-1927, B-1935 e C-1970. Fonte: acervo do Museu Almiro Theobaldo Müller.

Apesar da estrutura econômica inicial ter se voltado para a agricultura familiar de subsistência, as constantes chegadas de novos imigrantes com formações profissionais diversas contribuíram para o estabelecimento e o desenvolvimento do comércio e da prestação de serviços, bem como na configuração do núcleo urbano da

colônia. Além disso, surgia a necessidade de comercializar os produtos agrícolas e, ao mesmo tempo, abastecer a colônia com artigos que não eram produzidos no local.

Outro elemento de destaque no traçado urbano é o plano ortogonal na conformação das ruas e quadras abertas a partir da rua principal. Ao que parece, essa característica, apesar de estar presente em outras cidades de colonização alemã, não está relacionada com a cultura dos novos colonizadores, mas sim ao fato de haver certa predominância da implantação de planos urbanos de malha quadriculada por todo o Brasil durante o período.

Considera-se também que diferentemente do que pode ser encontrado em outras cidades com características alemãs, nas quais a igreja não influenciava no espaço urbano, em Itapiranga, ela teve um importante papel, pois a organização da colônia estava sob comando de padres jesuítas e, conseqüentemente, subordinada aos preceitos católicos.

Conforme descrições da época, a primeira capela construída no núcleo urbano estava nas imediações da rua comercial. No entanto, a Igreja Matriz, construída em 1951 (e ainda existente), corresponde à orientação do antigo plano alemão, encontrando-se afastada do centro urbano, mas conforme apontado por Bernoulli (apud Peluso Jr., 1953), emergindo do alto das casas e dominando a praça principal. Verifica-se que a Igreja Matriz ainda permanece como uma importante referência no espaço da cidade.

A religião pode ser considerada um dos fatores de influência na formação de uma comunidade. Embora com graus de intensidade diferenciados de acordo com o período histórico vivenciado, admite-se o poder de persuasão sobre os fiéis na determinação dos valores morais a serem seguidos. O caráter religioso que permeou a formação da Colônia Porto Novo foi um dos atrativos para novos moradores, sendo que os padres jesuítas foram fundamentais para o desenvolvimento e consolidação do projeto, embora sua função principal fosse a de promover assistência aos colonos (Werle, 2001).

Os padres jesuítas determinavam a aberturas de novas frentes de colonização e a fundação de novas comunidades católicas, além da construção de igrejas e escolas. Jungblut (2011) descreve que eles costumavam percorrer os locais delimitados pelos agrimensores para serem futuros centros comunitários, mesmo que o local se encontrasse desabitado, e demarcavam os locais definitivos das escolas-capelas e do cemitério para evitar disputas entre os futuros moradores.

Além disso, edificações importantes para a vida em comunidade, que compuseram o núcleo fundacional e ainda permanecem na paisagem urbana, foram construídas sob suas iniciativas, como a Casa Canônica, a Associação Católica Kolping e a Igreja Matriz São Pedro Canísio, observadas na Figura 04.



Fig 04. Em ordem, Casa Canônica, Associação Católica Kolping, Igreja Matriz São Pedro Canísio, em 2017. Fonte: acervo próprio.

A religiosidade foi pregada insistentemente em Porto Novo, na família, na escola e na catequese, sendo determinante nos modos de pensar e agir dos moradores. Dessa forma, ressalta-se que em virtude da ausência do estado nas três primeiras décadas da formação de Itapiranga, a Igreja Católica assumiu um

importante papel na organização da colônia, pois possibilitou a implantação e a construção de escolas, seminários, igrejas e hospitais, garantindo, assim, a assistência aos colonos desejada no momento de criação da *Volkssverein* e, conseqüentemente, promovendo a evolução e o desenvolvimento do núcleo urbano e das comunidades rurais.

2.2. Segunda fase: a transformação da paisagem

Ao iniciar o ano de 1954, o município de Itapiranga se encontrava recém emancipado político-administrativamente. A equipe administrativa, composta por prefeito, secretário e tesoureiro, tratou de promover a legislação básica que seria indispensável para reger o novo município. A linha de atuação consistia em trabalhar em harmonia com a população, os religiosos, as autoridades governamentais e a *Volkssverein*, a qual ainda detinha poder de influência sobre as decisões do agora município (Jungblut, 2011).

Neste período, o perímetro urbano foi ampliado a oeste do núcleo fundacional e houve o alargamento das ruas do Comércio e Uruguai, esta mais próxima ao rio. Como novos pontos de referência na paisagem urbana do período, destacam-se a antiga sede da Prefeitura Municipal, em estado de abandono, o antigo Colégio São Vicente e a Caixa Rural União Popular, atual Sicoob, edificações que podem ser observadas na Figura 05. É também desse período a aquisição de terrenos da *Volkssverein* para a construção de praças e parques a fim de criar espaços públicos para que a população pudesse desfrutar de momentos de lazer.



Fig 05. Em ordem, edificações da antiga sede da Prefeitura Municipal, do antigo Colégio São Vicente e da Caixa Rural União Popular (atual Sicoob), em 2017. Fonte: acervo próprio.

Após dez anos de emancipação, em 1964, foi estabelecida a primeira legislação com teor de controle urbanístico com deliberações sobre o parcelamento do solo. No mesmo ano, foi aprovado o primeiro Código de Posturas que dividiu o município em perímetro urbano (subdividido em três zonas), perímetro suburbano e perímetro rural. A forte característica de sociedade rural se refletia na proibição da passagem de tropas de animais pelas ruas principais da cidade e de manter animais de montaria sobre os passeios ou atá-los às portas e janelas de habitação, às árvores ou aos postes de iluminação (Itapiranga, 1964).

No entanto, em meio a um contexto predominantemente rural, o Código representou um grande avanço nas preocupações com a urbanização, pois estabeleceu uma série de determinações quanto às construções em alvenaria e em madeira e ao alinhamento predial, e surpreendeu pela tentativa de controle da estética das fachadas dos edifícios, cujos projetos deveriam ser submetidos ao Prefeito Municipal para aprovação, podendo serem rejeitados. Da mesma forma, a colocação de anúncios e letreiros também deveria ser colocada sob apreciação do poder público quanto às cores, dimensões, composição dos dizeres e alegorias (Itapiranga, 1964).

Em 1972, o Código de Posturas foi alterado. As novas redações determinaram que em redor das praças e em ambos os lados da rua principal, apenas seriam permitidas construções em alvenaria ou, pelo menos, com as fachadas em alvenaria. As construções em madeira deveriam ser recuadas do alinhamento e seguir uma série de requisitos quanto às fundações, aparência externa e cobertura (Itapiranga, 1972).

Apesar do avanço na questão urbanística, o período correspondente ao final da década de 1950 foi bastante crítico para Itapiranga. Os fluxos migratórios pareciam ter chegado ao fim e a situação vivenciada divergia do período de grande expansão econômica registrada pelo Brasil naquela época quando da implantação do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. A infraestrutura existente era precária, faltavam estradas, energia e meios de comunicação (Jungblut, 2011).

Diante deste quadro negativo, a *Misereor*, entidade católica com sede na Alemanha, que trabalhava na cooperação para o desenvolvimento de regiões carentes e que constantemente remetia recursos para Itapiranga por meio da atuação da *Volkverein*, solicitou a elaboração de um plano de desenvolvimento para o município que analisasse a viabilidade do mesmo para continuar com os investimentos (Hahn, 2005).

O Plano de Desenvolvimento Econômico para Itapiranga, elaborado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, em 1962, além de trazer uma série de iniciativas para a saúde, a educação e os transportes, por meio da realização de obras de infraestrutura, como a rede de saneamento básico, a modernização de hospitais e a instituição de uma escola agrícola, previa um alto investimento no setor agropecuário e agroindustrial para alavancar o movimento econômico do município, recomendando a criação de gado leiteiro, a implantação de uma indústria de laticínios, a melhoria na produção de aves e suínos e a construção de um matadouro-frigorífico (Hahn, 2005).

Este último marcou a história de Itapiranga, pois sua implantação não só transformou a configuração econômica do município, como também modificou a paisagem urbana. O abatedouro foi construído à oeste do núcleo fundacional de Itapiranga, ocasionando a ampliação do perímetro urbano e impulsionando, gradativamente, a ocupação, até mesmo irregular, daquela área da cidade. Somado a isso, como consequência da implantação da agroindústria, destacam-se as obras de infraestrutura de alargamento das ruas principais e de calçamento de grande parte do núcleo urbano, facilitando o trânsito de caminhões para o escoamento da produção. No entanto, apesar das vantagens econômicas da permanência da agroindústria em Itapiranga, ressalta-se que a localização da unidade é inadequada, uma vez que se encontra completamente dentro da área urbana consolidada.

2.3. Terceira fase: a consolidação da paisagem

O período de transição entre as décadas de 1970 e 1980 ficou marcado por grandes transformações nos modos de viver e produzir. A Igreja, antes detentora do poder e grande influenciadora do modo de viver em comunidade, foi perdendo espaço frente a difusão do rádio e da televisão, e a agropecuária, ora rudimentar, começou a ter altos investimentos (Bavaresco, 2005).

A modernização das propriedades agrícolas, com a mecanização do campo e o investimento em métodos atualizados de produção passou a contribuir para a migração da população rural para a cidade, chegando a ocasionar problemas de ordem social nos centros urbanos (Bavaresco, 2005). Devido às migrações causadas por este processo, buscou-se o controle sobre o espaço urbano. Neste contexto, em 1979, foi implementado o primeiro Plano Diretor Físico-Territorial Urbano do Município de Itapiranga, elaborado pelo Gabinete Municipal de Planejamento com assessoria da equipe técnica multiprofissional do Gabinete de Planejamento e Subchefia de Articulação com os Municípios do Estado de Santa Catarina (Itapiranga, 1979).

A partir do diagnóstico das potencialidades físicas, humanas, naturais, econômicas e de infraestrutura locais, o Plano destacou o potencial turístico do município, em virtude da paisagem formada pelo rio Uruguai, que poderia ser utilizado para navegação e banhos, e o relevo circundante. Além disso, como ferramenta de organização e estruturação do espaço urbano, o Plano determinou o perímetro urbano, as áreas de expansão e as zonas de ocupação, e tinha como princípio a manutenção da paisagem formada pelos rios e o relevo circundante, permitindo a visibilidade do rio Uruguai a partir de diversos pontos da cidade, “para que a paisagem e a topografia não fossem alteradas nem confundidas com as estruturas edificadas” (Itapiranga, 1979). No entanto, sobre o Plano, verifica-se diversas contradições entre as diretrizes e a aplicação prática, pois permitiu que a paisagem urbana fosse alterada com a construção de edificações verticalizadas no

núcleo urbano fundacional, que alteram profundamente a paisagem formada entre a configuração da ocupação urbana e a conformação original do sítio.

Além disso, ao longo dos anos, o perímetro urbano foi sendo alterado constantemente. Na malha urbana, as alterações corresponderam à inclusão de novas ruas no sistema viário e às obras de calçamento com pedras basálticas irregulares e, mais tarde, asfalto. Quanto aos espaços construídos na área urbana, destacam-se o Clube Imigrantes, o Terminal Rodoviário, a Praça dos Imigrantes, observados na Figura 06. Curiosamente, os terrenos da praça e do terminal correspondem ao local indicado como ponto de chegada dos primeiros imigrantes da então Colônia Porto Novo, onde a primeira missa teria sido celebrada.



Fig 06. Clube Imigrantes, Terminal Rodoviário Pedra Vermelha e Praça dos Imigrantes, em 2017. Fonte: acervo próprio.

A década correspondente aos anos 2000 ficou marcada pela nova ampliação do perímetro urbano, pelos inúmeros desmembramentos na área central e em bairros e, principalmente, pelas propostas de regularização de alguns loteamentos abertos irregularmente nos anos anteriores.

Em 2012, foi instituído o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal para servir como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, visando ordenar o espaço urbano e buscar o desenvolvimento ambiental, socioeconômico, habitacional e de infraestrutura (Itapiranga, 2012). No entanto, verifica-se que este Plano se afasta do Plano de 1979 quanto à preservação da composição da paisagem urbana, pois apresenta coeficientes de aproveitamento bastante altos, permitindo o aumento do potencial construtivo e a verticalização da cidade, especialmente nas áreas centrais mais valorizadas.

Sob esta perspectiva, frente aos avanços na ocupação territorial e do crescimento urbano, gerado inclusive pelo desenvolvimento da agroindústria, surgiram, nos últimos anos, preocupações quanto à conservação e ao cuidado do meio ambiente. No caso de Itapiranga, a cidade nasceu e cresceu às margens do rio Uruguai, como pode ser observado na Figura 07, ou seja, parte dela está dentro de uma Área de Preservação Permanente, uma vez que, em diversos trechos, o rio ultrapassa os 600 metros de largura.



Fig 07. Vista aérea da área urbana do município de Itapiranga às margens do Rio Uruguai. Fonte: acervo próprio.

Assim, em 2017, um estudo socioambiental buscou analisar a situação das APPs dentro do perímetro urbano do município de Itapiranga, mapeando as áreas que poderiam ser consideradas de risco de escorregamentos, deslizamentos e inundações, e delimitando uma nova área de margem para preservação (Alto Uruguai, 2017). Como aspectos positivos, ressalta-se o fato de que a restrição de ocupação de parte dos morros do município, em virtude da declividade dos lotes, pode funcionar como uma medida que possibilite a manutenção das características originais do sítio formador de Itapiranga, preservando seus morros e a vegetação existente.

Ainda sobre a paisagem urbana, foi implementada uma lei para resgatar as raízes da cultura alemã, buscando uma nova imagem para a cidade. A Lei Municipal nº 2182/2004 (Itapiranga, 2004), objetivou fomentar a construção civil no município de Itapiranga por meio de diretrizes para a concessão de incentivos, os quais seriam concedidos às edificações projetadas e executadas com “características em estilo germânico”, ou seja, a utilização da técnica construtiva enxaimel, na qual a madeira assume função estrutural e a alvenaria de tijolos é empregada no fechamento dos vãos.

Ao observar as edificações existentes no perímetro urbano, pode-se encontrar algumas construções que seguem essa característica. No entanto, identificam-se alguns exemplares que não passam de fachadismo por colagem ou pintura, em simulação do enxaimel sem qualquer função estrutural que a verdadeira técnica se caracteriza. Essa situação é observada nas edificações A e B da Figura 08. Apesar da falsidade estrutural e estética, essa alternativa tem forte apelo turístico e busca o resgate da cultura alemã como afirmação da identidade.

Por outro lado, verifica-se o contínuo descaso e abandono com edificações que verdadeiramente representam períodos importantes para a história da cidade, como é a situação observada na edificação C da Figura 08. Esta representa uma verdadeira construção em enxaimel, remanescente do período de ocupação inicial do município, que devido à falta de manutenção e diretrizes municipais de salvaguarda e preservação, foi demolida em 2016.



Fig 08. Edificações que simulam a técnica enxaimel (A e B) e verdadeira construção em enxaimel demolida em 2016 (C). Fonte: acervo próprio.

Ainda quanto aos aspectos culturais, destaca-se a realização da *Oktoberfest*, considerada a maior festa da cultura alemã, cujo primeiro evento deste tipo no Brasil foi realizado na comunidade de Linha Becker, em Itapiranga, em 1978. Em 1990, a festa foi oficializada e passou a ser realizada também no centro urbano. A cada ano que passa, adquire novas proporções, abrigando não apenas a comunidade itapiranguense, mas recebendo visitantes de todo estado, país e exterior (Sehnm, 2009).

Como um legítimo bem de referência cultural, a *Oktoberfest* está associada à história e a identidade de um grupo social, evoca o passado e estabelece uma ligação tanto com o presente, quanto com o futuro, pois há continuidade no cultivo da identidade alemã nos aspectos cultural, folclórico e gastronômico. A identificação da comunidade com as festividades é inegável, por isso, pode ser apontada como um bem de referência cultural em Itapiranga, uma vez que adquire valores e sentidos únicos, fazendo uso de uma celebração para configurar a identidade da comunidade.

3. Considerações finais

Compreende-se que a constituição das paisagens resulta da combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos, a partir do processo de ocupação dos espaços naturais por diferentes grupos étnicos e culturais (Lamas, 2016). Neste contexto, o espaço urbano, a cidade, como obra do homem, também é uma paisagem cultural, pois revela a apropriação do homem no território e as mudanças ocorridas a partir da cultura. Sob esta perspectiva, o desenvolvimento da pesquisa buscou contribuir com o estudo da história da cidade, discutindo sobre a construção e a transformação da paisagem urbana de Itapiranga. Para tanto, os períodos morfológicos e evolutivos permitiram compreender a construção do espaço urbano a partir de aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Deste modo, verificou-se que o suporte geográfico, considerado a área em que surge uma cidade, no caso do objeto de estudo, foi essencial para a configuração da cidade, tornando-se uma das permanências ao longo do tempo. O elemento norteador da paisagem, nos âmbitos cultural e natural, tem sido a ocupação das áreas de margem dos cursos d'água, em especial, do rio Uruguai, e dos morros circundantes. O conjunto de fatores – o curso d'água, o relevo envoltório, o arruamento estruturador e os elementos arquitetônicos – compõe a paisagem, a qual permanece em constante processo de construção e transformação.

Ressaltou-se, ainda, a significativa influência cultural na maneira como o ambiente natural foi apropriado, o que refletiu diretamente na distribuição territorial e constituição do espaço urbano. Além disso, o isolamento geográfico e as próprias condições de formação da colônia possibilitaram que a influência cultural persistisse ao longo do tempo, sendo representada pela manutenção do idioma alemão, a realização de festas típicas, a gastronomia, os grupos folclóricos de música e dança, além dos exemplares arquitetônicos característicos.

No entanto, apesar de apresentar características marcantes do período fundacional, enquanto resultado da produção social do espaço urbano, uma cidade não pode ser analisada como um fenômeno acabado, pois se

transforma e assume formas, características e funções distintas à medida em que sua sociedade evolui e modifica seus valores e sua relação com o meio ambiente. Deste modo, Itapiranga consiste em um município relativamente novo e pequeno, encontra-se às margens de um imponente rio, é cercado por morros e montanhas e abriga grupos sociais que buscam a permanência de suas tradições e costumes, mas que também transformam e alteram o espaço urbano e a vida social comunitária.

BIBLIOGRAFIA

ALTO URUGUAI Engenharia e Planejamento de Cidades. (2017). Estudo Ambiental para Regularização Fundiária da Área Urbana atingida pela Área de Preservação Permanente do Rio Uruguai. Itapiranga.

BAVARESCO, P. (2005). Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no extremo oeste catarinense. Chapecó, SC: Argos.

HAHN, M. (2005). Capital social e estratégias de desenvolvimento econômico na microrregião de Itapiranga (SC). Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.

JUNGBLUT, R. (2011). Porto Novo: um documentário histórico. Porto Alegre: Letra & Vida.

LAMAS, J. M. R. G. (2016). Morfologia urbana e desenho da cidade. 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MAZZARDO, S. C. (2017). Aspectos da evolução urbana de Itapiranga (SC): cidade nova e pequena. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis. MAZZARDO, S. C.; TEIXEIRA, L. E. F. (2017). Uma cidade para alemães católicos: formação e evolução urbana de Itapiranga (SC). In: Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo. "IX Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Bogotá, Junio 2017". Barcelona: DUOT.

PELUSO JR, V. (1953). Tradição e plano urbano: cidades portuguesas e alemãs no estado de Santa Catarina. Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore. ROCHE, J. (1969). A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo.

SEHNEM, A. (2009). Oktoberfest de Itapiranga: 30 anos de história. São Miguel do Oeste: McLee.

SPOHR, I. (2016). História das casas: um resgate histórico dos jesuítas no sul do Brasil – Paróquia São Pedro Canísio – Itapiranga/SC. Porto Alegre: Padre Reus.

WAIBEL, L. (1949). Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. Revista Brasileira de Geografia (Brasil), ano XI, n. 2, abr./jun., 159-222.

WEIMER, G. (1983). Arquitetura da imigração Alemã: um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-europeia ao meio rural no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS.

WERLANG, A. A. (1992). A colonização às margens do rio Uruguai no Extremo-Oeste Catarinense: atuação da Cia. Territorial Sul Brasil 1925 a 1954. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.

WERLE, A. C. (2001). O reino jesuítico germânico nas margens do Rio Uruguai: aspectos da formação da Colônia Porto Novo (Itapiranga). Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis. Fontes eletrônicas

IBGE Cidades. (2017). Itapiranga-SC. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/itapiranga/panorama> (consulta: 20/11/2019).

ITAPIRANGA, Lei Municipal n. 232. (1964). Institui o Código de Posturas do Município, da cidade, vilas e povoados. Itapiranga, SC. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=8271&cdDiploma=19640232&NroLei=232&Word=&Word2=> (consulta: 02/08/2017).

ITAPIRANGA. Lei Municipal n. 504. (1972). Altera os art. 95 a 100, da Lei 232/64, que institui o Código de Posturas do município, da cidade, vilas e povoados. Itapiranga, SC. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=8271&cdDiploma=19720504&NroLei=504&Word=&Word2=> (consulta: 02/08/2017).

ITAPIRANGA. Lei Municipal n. 883. (1979). Aprova o Plano Diretor Físico Territorial Urbano do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina. Itapiranga, SC. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=8271&cdDiploma=19790883&NroLei=883&Word=&Word2=> (consulta: 02/08/2017).

ITAPIRANGA, Lei Municipal n. 2182. (2004). Concede incentivos para construção e reforma de edificações e dá outras providências. Itapiranga, SC. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=8271&cdDiploma=20042182&NroLei=2.182&Word=&Word2=> (consulta: 02/08/2017).

ITAPIRANGA. Lei Complementar n. 049. (2012). Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal do Município de Itapiranga. Itapiranga, SC. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=8271&cdDiploma=20120491&NroLei=049&Word=&Word2=> (consulta: 02/08/2017).